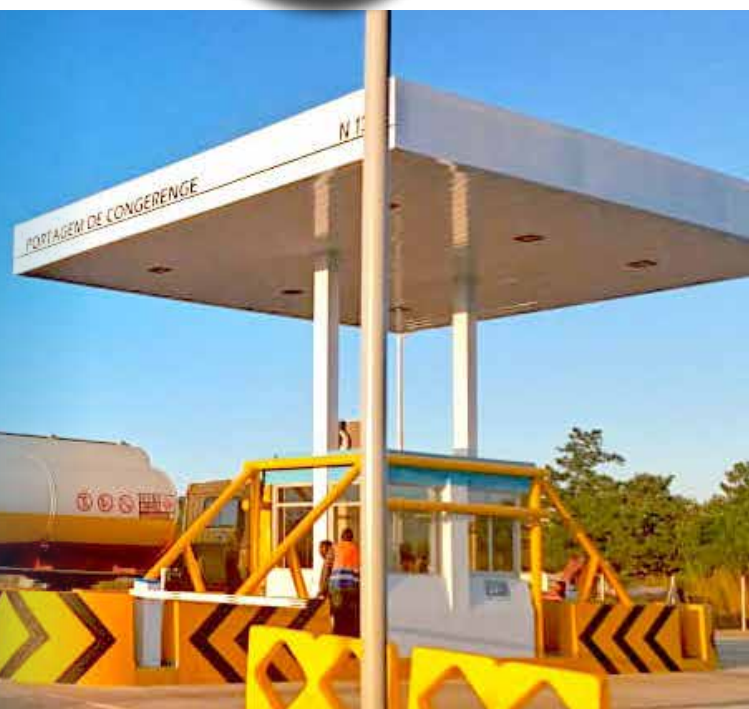


PROASME

**Disponíveis
19.6 mil milhões
para estradas
no presente ano**

Pág 4



**USAID financia
reconstrução de
pontes em Cabo
Delgado**

Pág 14

**Ministro Mesquita
visita FE e exige mais
agressividade**

Pág 23



**Reunião do PRISE
destaca necessidade
de intensificação
de mobilização de
financiamentos para
estradas** Pág 9 -10

FICHA TÉCNICA



Propriedade:

Fundo de Estradas, FP

Redação e Fotografia:

Repartição de Comunicação e Imagem

Tiragem:

300 exemplares)

Impressão e maquetização:

SN Gráfica

Uma nova janela de comunicação



Ângelo Macuácuca, PCA do FE, FP

Caros colegas e parceiros do Sector de Estradas!

Lançamo-nos, desta forma, ao desafio de produzir e disponibilizar, o presente Boletim Informativo num esforço de tornarmo-nos cada vez mais comunicativos acerca do trabalho que desenvolvemos diariamente.

É uma publicação que complementa os outros meios de comunicação que temos vindo a usar e é produzida internamente. Aborda, essencialmente, as nossas realizações, projectos em curso e em carteira, podendo, no futuro, ter contribuições de outros intervenientes do sector.

Decidimos designar Conexão - Boletim Informativo do Fundo de Estradas, FP, a este instrumento de comunicação em associação ao fim último de toda a mobilização de financiamento para o programa de estradas que fazemos. De facto, o nosso esforço visa dotar o país de estradas que conectem zonas e/ou comunidades dispersas.

Não podíamos ter escolhido um melhor momento para lançarmos o “Conexão”. Temos uma série de realizações que, por serem de interesse e de impacto público, devem ser divulgadas. A necessidade de maior abertura ganha ainda relevância numa altura em que a instituição alarga os seus feitos e visibilidade pública através do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME), que através das receitas de portagens começa a gerar melhorias na rede viária abrangida pela iniciativa.

A criação do “Conexão” não se revela apenas necessária para o FE, FP. Alinha-se com as estratégias de outras entidades e sectores e os demais órgãos sob tutela do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, bem como de nossas congéneres na África Austral.

Nesta primeira edição trazemos, entre outras, notícias sobre o estágio do PROASME, o nosso programa de bandeira, com destaque para as portagens que iniciaram a cobrança a 1 de Junho em Gaza, Manica e Niassa e o seu impacto na colecta de receitas, as expectativas e recomendações de governos provinciais e transportadores; o plano anual de actividades e orçamento e o essencial da reunião anual de revisão conjunta do Programa Integrado do Sector de Estradas (PRISE).

Temos também peças sobre a necessidade de soluções de financiamento internas para responder aos desafios que se colocam e a importância da adesão de Moçambique à Iniciativa CoST. Tratando-se da primeira edição, trouxemos igualmente uma peça sobre o historial da instituição desde FE até FE, FP, missão, visão e valores que nos guiam.

Este Boletim está muito longe de ser produto acabado. Vamos recheando-o a cada edição com sugestões que nos forem chegando de todos lados na busca de melhorias. Nisto incluímos a sua periodicidade, que pretendemos que seja quadrimestral.

Desta forma, conecte-se ao “Conexão” e tenha uma boa leitura!

O PCA do FE, FP


Prof. Doutor Ângelo Macuácuca

PROASME

Duas décadas financiando estradas



Fachada da sede do FE, FP

 Fundo de Estradas é uma Instituição Pública criada em 2003 com o objectivo de financiar o desenvolvimento dos programas de estradas em Moçambique.

Em 2019 e através do Decreto n.º 61/2019, de 9 de Julho, alterou-se para Fundo de Estradas, Fundo Público (FE, FP), onde foram ajustadas as suas atribuições de gestão, regime orçamental, tutelar, organização e funcionamento adequadas ao regime jurídico dos Fundos, Fundações e Institutos Públicos. No mesmo ano e por via da resolução n.º 15/2019, de 18 de Outubro, foi aprovado o respectivo Estatuto Orgânico.

O FE, FP é um órgão central do Aparelho de Estado que, de acordo com os objectivos plasmados no seu Estatuto Orgânico, é responsável por assegurar o financiamento para a implementação das políticas do Governo sobre o desenvolvimento e conservação das estradas públicas e financiar a manutenção através de mecanismos que garantam fluxos regulares de fundos.

Cabe ainda ao FE, FP promover a participação crescente dos utentes e dos diversos organismos e empresas interessadas no financiamento, gestão de estradas e prestação de assessoria aos Órgãos Locais do Estado em matéria de mobilização de fundos para o sector.

Igualmente faz a monitoria e avaliação dos programas de estradas, faz a auditoria das actividades e serviços aos quais tenha alocado fundos e financia e/ou participa nos programas de concessões de estradas.

Para a prossecução efectiva das suas atribuições, o FE, FP, planifica as acções, integrando actividades de mobilização e de alocação de recursos financeiros que assegurem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à segurança colectiva das populações, às actividades económicas e à protecção do ambiente.

Adicionalmente, o FE, FP procura garantir que os recursos disponibilizados sejam usados no melhor interesse e benefício público, garantindo a eficácia e eficiência na execução dos programas de estradas por parte das agências de execução.

O FE, FP cumpre a sua missão com a visão de ser uma instituição de referência no financiamento do desenvolvimento e conservação de infra-estruturas rodoviárias.

Os seus valores são transparência, imparcialidade, integridade, eficiência e eficácia, profissionalismo, inovação e tolerância zero a corrupção.



Disponíveis 19.6 mil milhões para estradas no presente ano



O Fundo de Estradas, Fundo Público (FE, FP) conta, no presente ano, com um orçamento de pouco mais de 19.630 milhões de meticais para suportar as necessidades do sector em diversos pontos do território nacional.

Deste montante, cerca de 7.5 mil milhões de meticais corresponde a receitas internas e pouco mais de 12 mil milhões são fundos externos entre créditos e donativos.

Entre as acções mais privilegiadas, destaque para a asfaltagem de estradas nacionais, que vai absorver pouco mais de 7 mil milhões, o equivalente a quase 36 por cento do orçamento global.

Seguem-se a reabilitação de estradas regionais, que poderá consumir 3.6 mil milhões, e a manutenção de estradas e pontes, avaliada em perto de 3 mil milhões, o que corresponde a 18.6 e 15.2 por cento do bolo geral respectivamente.

O Plano Económico e Social e Orçamento de Estado de 2022 (PESOE 2022) prevê a asfaltagem de 190 km de estradas nacionais e regionais, bem como intervenções em 38 pontes, sendo construção de 13, reabilitação de 11 e manutenção de 14 destas obras de arte.

Está igualmente prevista a reabilitação de 35 km de estradas nacionais e de 635 km de estradas distritais, para além de conservação da rede viária classificada através da manutenção de rotina de 15.030 km e periódica de 240 km.

Os recursos disponíveis servirão ainda para assegurar o financiamento de acções de segurança rodoviária, incluindo a manutenção e montagem de 50 básculas e a sinalização de 565 km de estrada, incluindo a elaboração de 11 estudos e projectos de engenharia e melhoria de transitabilidade em 1.200 km de vias locais.

De salientar que as receitas internas são grandemente suportadas pelas taxas sobre combustíveis, na ordem de 3.640 milhões. Seguem-se as receitas fiscais, com pouco mais de 1.4 mil milhões, taxas rodoviárias (perto de 1.3 mil milhões), taxas de portagem (906 milhões) e receitas próprias do FE, FP, estimadas em cerca de 273 milhões de meticais.

Por sua vez, as receitas externas são fundamentalmente créditos de cerca de 6.684 milhões, sendo 3.690 milhões junto do Banco Africano de Desenvolvimento e pouco mais de 2.994 milhões contraídos da Índia, para além de donativos na ordem de 5.409 milhões disponibilizados pelo Banco Mundial (3.404 milhões), União Europeia (perto de 1.6 mil milhões), Agência Japonesa de Desenvolvimento Internacional (412.7 milhões) e Agência Americana de Desenvolvimento Internacional, no valor de quase 16.7 milhões de meticais.

Municípios repartem-se 576 milhões de Meticais

Pelo menos 502 milhões de Meticais deverão ser alocados pelo Fundo de Estradas (FE, FP) aos 53 municípios do país para o financiamento de diversas obras de construção e/ou reabilitação de rodovias locais.

O montante consta do Plano Anual de Actividades e Orçamento do FE, FP para o ano de 2022, e a sua distribuição obedece a categoria de cada uma das 53 autarquias existentes no país.

Desta forma, uma autarquia como Maputo, com categoria de cidade de nível A, vai receber 26 milhões de meticais para diversas intervenções no sector de estradas, enquanto que Matola, Beira, Nampula e Pemba (cidades de nível B) terão, cada, 15 milhões de Meticais.

Já para as cidades de nível C, como Xai-Xai, Maxixe e Inhambane, Chimoio, Quelimane, Ilha de Moçambique e

Lichinga, o orçamento para o presente ano é de 13 milhões de Meticais. Por sua vez, as cidades de nível D, como são os casos de Chókwè, Vilankulo, Dondo, Moatize, Montepuez e Cuamba, deverão receber nove milhões de Meticais para financiar respectivos projectos de estradas municipais.

Contudo, para os municípios que são vilas distritais não há diferença nas verbas canalizadas pelo Fundo de Estradas, não obstante serem de nível A ou B. Desta forma, estas autarquias vão receber sete milhões de Meticais para suportarem os seus projectos de estradas.

O montante global que o FE, FP reparte pelas autarquias vem crescendo nos últimos anos. Em 2019, por exemplo, foi de 377 milhões, tendo passado à 492 milhões em 2020 e 502 milhões de Meticais no ano passado.

PROASME

Programa focado na melhoria da transitabilidade rodoviária



O Programa Auto-Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME) configura-se como uma iniciativa focada na melhoria da transitabilidade em mais da metade da rede de estradas revestidas do país e não apenas num mecanismo de cobrança de taxas de portagem.

Com efeito, espera-se que o PROASME contribua para a implementação do Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2020/2024, alocando cerca de 75 milhões de dólares com vista a manutenção de cerca de 3.800 km de estradas revestidas. Esta extensão corresponde a 53% da rede de estradas revestidas.

A manutenção desta parcela da rede viária vai reduzir os custos de transportes, uma vez que haverá melhorias das condições de transitabilidade, menos tempo de viagem e menor desgaste das viaturas.

Espera-se também que haja cada vez maior facilidade de ligação entre as zonas de produção agrícola e de comercialização, para além de criação de cerca de 1.400 postos de empregos directos e indirectos nas portagens assim como nas obras de manutenção de estradas.

O PROASME está em curso desde 2021 e durante o seu primeiro ano oito portagens que eram apenas de pontes foram elevadas à portagens de plena via, processo acompanhado pelo arranque da cobrança de taxas previstas no Programa. Ainda durante o primeiro ano, iniciou-se a construção de 12 portagens que integram a primeira fase do PROASME, uma vez que ao todo o programa contempla 26 postos de cobrança de taxas pelo uso de estrada.

Foram igualmente introduzidas medidas de mitigação aos residentes próximos das portagens, através da adopção de taxas bonificadas e descontos para utilizadores frequentes, bem como acções de responsabilidade social. Entre estas, destaque para a construção de sistemas de abastecimento de água para as comunidades junto das portagens de Lucite e Pungué sul, na província de Manica, e Alto Benfica, na Zambézia, bem como de Postos de Transformação de energia eléctrica (PT) em Dombe.

Implementação fortalece resposta do sector

A implementação do PROASME, iniciada a 2 de Janeiro de 2021, fortaleceu a capacidade do sector de intervir na rede de estradas, principalmente na componente de manutenção periódica, onde a limitada disponibilidade de fontes tradicionais de financiamento já estava a ameaçar a transitabilidade em importantes corredores rodoviários.

Esta garantia foi avançada pelo Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), Ângelo Macuácuá, falando, a 5 de Abril, em Maputo na reunião organizada pela instituição e Administração Nacional de Estradas (ANE, IP), para apresentar o balanço e perspectivas do Programa aos transportadores e organizações da sociedade civil que actuam no sector.

O PCA salientou que as dificuldades de transitabilidade em importantes corredores logísticos rodoviários, geradas pela limitação de fundos para a manutenção periódica, têm impacto negativo sobre as actividades económicas e sociais no nosso país. Reconheceu que os resultados alcançados no primeiro ano da iniciativa ainda não satisfazem as expectativas dos utilizadores das estradas abrangidas, mas são um ponto de partida promissor rumo à promoção do desenvolvimento sustentável da rede viária do país.

“O longo caminho da promoção da sustentabilidade dos investimentos no sector de estrada requer o cometimento e perse-

verança de todos”, destacou.

Entre as realizações do primeiro ano, Irene Langa Simões, Administradora Executiva do Pelouro Técnico no FE, FP, destacou a manutenção periódica nas seguintes estradas N7, que liga Vanduzi e Changara, e os troços da N1 Mangungumete/Rio Save; Inchope/Caia (de Gorongoza a Muera); Chissibuca/Lindela e Metoro-Rio Lúrio, para além do início das obras na estrada N301 (Matambo/Songo). Falou também da co-participação no financiamento da reabilitação da ponte sobre o rio Limpopo em Xai-Xai.

Houve ainda manutenção de rotina de 1.889 km das estradas abrangidas pelo programa e reforço da sinalização horizontal numa extensão de 813 km.

Em termos de receitas, de Janeiro até Dezembro de 2021, arrecadou-se 690 milhões de meticais, contra os 185 milhões de 2020. Já no primeiro trimestre deste ano, foram colectados 164,02 milhões de MT, contra os 140,60 milhões de MT, de igual período de 2021

No geral, os transportadores reagiram positivamente ao convite para o balanço do PROASME e apelaram para que se cumpra com o plano de manutenções de modo que a transitabilidade rodoviária melhore à medida em que pagam as taxas de portagens no Programa aprovado pela Resolução nº 63/2020, de 11 de Dezembro.

Governos provinciais atentos



Obras de manutenção de estradas

implementação do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME) decorre sob monitoria dos governos provinciais, tanto que nas reuniões com o sector e/ou entrevistas aos órgãos de comunicação social, havidas entre os meses de Abril e Maio, clarificaram o seu apoio à iniciativa.

Mais do que o apoio ao Programa, as autoridades provinciais, concretamente governadores e secretários de Estado, deixaram recomendações, com destaque para a necessidade de se garantir uma manutenção efectiva às estradas sob influência das portagens.

O Secretário de Estado em Manica, a, por exemplo, defende que não basta construir boas estradas. É importante que haja uma boa manutenção e está só acontece com a contribuição dos utentes, que são os principais beneficiários e destinatários das estradas.

Em Manica há duas estradas abrangidas pelo PROASME, a N7, que liga Vanduzi e Changara (província de Tete) e da N260, que conecta a capital provincial e

Espungabera, distrito de Mossurize. Nas duas estradas funcionam três portagens, nomeadamente Lucite, na N260, Púngue Sul e Camuazanchenga, na N7, colectando receitas que são aplicadas na melhoria da transitabilidade nas mesmas.

Neste sentido, Edson Macuácuá defende que vale a pena acarinhar a instalação de portagens por tratar-se de uma estratégia de garante a sustentabilidade e está a ser aplicada em todo o mundo. “Que venham mais programas do género”, recomendou Edson Macuácuá, acrescentando que a boa qualidade das rodovias que se pretende só poderá ser alcançada com a contribuição dos automobilistas.

Por sua vez, o Governador de Inhambane, Daniel Chapo, considera que a instalação de praças de portagem na N1, ao longo desta província do sul do país, vai contribuir para a arrecadação de receitas e permitir o desenvolvimento sustentável.

Falando à órgãos de comunicação so-

cial, o governante explicou que com as portagens de Nhacundela, sobre o rio Inharrime, de Malova, em Massinga, e a de Mapinhane, no distrito de Vilankulo, será possível colectar receitas que serão usadas na melhoria da N1 e até de outras estradas da província facilitando o escoamento de produtos agrícolas e a viabilização do turismo, que é o motor da economia deste ponto do país.

Daniel Chapo encorajou a implementação de portagens em Inhambane e no país no geral, explicando que é a prática adoptada em todo o mundo para colectar contribuições dos utilizadores das estradas para trabalhos de manutenção das rodovias pelas quais transitam.

Congratulou-se pelo facto de o sector de estradas estar a realizar obras de manutenção periódica entre as localidades de Chissibuca e Lindela, e ter conseguido avançar, em 2021, com a melhoria do troço Mangungumete-Save, mais à norte, apesar de não se ter, na altura, colectado receitas nas portagens por estarem ainda na fase de construção.

As obras entre Chissibuca e Lindela estão avaliadas em pouco mais de 300 milhões de meticais desembolsados pelo Fundo de Estradas, FP (FE, FP).

Já o Secretário de Estado em Gaza, Amosse Macamo, chamou atenção quanto aos relatórios escritos, enfatizando que os números que constam nos documentos não têm muita expressão na população. O melhor medidor do impacto do PROASME na vida dos utilizadores das estradas será uma transitabilidade em pavimento sem buracos.

Falando na cidade de Xai-Xai, numa sessão dos Serviços Provinciais de Representação do Estado em que o Fundo de Estradas, FP, apresentou o balanço do primeiro ano da implementação do PROASME e as perspectivas deste 2022, Amosse Macamo recomendou para que as receitas arrecadadas nas portagens sejam, efectivamente, aplicadas na melhoria das vias sob influência dos postos de cobrança de taxas. Em Gaza funcionam três portagens do Programa, nomeadamente Guijá, Chicumbane e Chidenguele.

Transportadores esperam melhorias de transitabilidade



Pedro Rodrigues, Presidente da Associação de Transportadores de Carga

Transportadores de diversos pontos do país mostram-se dispostos a pagar as taxas de portagem, mas exigem que o Programa resulte na melhoria dos níveis de transitabilidade rodoviária.

As Associações de transportadores de carga e de passageiros de Manica, por exemplo, deixaram claro que a entrada em funcionamento da segunda portagem na N7, estrada que liga Vanduzi, nesta província, e Changara, em Tete, deve servir para o reforçar o financiamento de trabalhos de melhoramentos localizados ao longo da rodovia.

Pedro Rodrigues, Presidente da Associação de Transportadores de Carga, reconheceu que a estrada já esteve em péssimas condições de transitabilidade, mas a situação mudou com as reparações iniciadas no ano passado. Disse esperar que os fundos que vem sendo colectados na Portagem de Púngue Sul e na nova em Camuazanchenga sejam, de facto, para a estrada.

Mesmo posicionamento foi defendido por Filipe Armando, Presidente da Associação de Transporte de Passageiros, para quem a transitabilidade tende a melhorar ao longo da N7, apesar dos desafios que persistem, uma vez que o

PROASME arrancou com a rodovia já seriamente degradada.

Congratulou-se pelo facto dos transportadores de passageiros terem taxas bonificadas nas portagens, uma medida de mitigação de custos inserida no PROASME. Lamentou que alguns associados não estejam a beneficiar do desconto por falta de documentos necessários para o efeito e apelou-os para celeridade na adesão.



Filipe Armando, Presidente da Associação de Transporte de Passageiros

Abdul Razaque, da Associação de Transportadores de Inhambane (ASTROI), também defende a implementação de portagens nesta província e noutros pontos do país desde que se possa transitar em melhores condições.

Ao que explicou, os associados da ASTROI não vêem problemas em pagar as taxas de portagem se em troca tiverem uma estrada na qual possam circular no conforto e segurança necessários, capitalizando o tempo de viagem e poupando as suas viaturas.

Da província de Gaza também chega o mesmo posicionamento. Fabião Chongo, responsável máximo da Associação de Transportadores de Gaza (ASTROGAZA), garante que os membros da colectividade estão tranquilos com as



Abdul Razaque, da Associação de Transportadores de Inhambane (ASTROI)

portagens como infra-estruturas de colecta de receitas para manutenção de estradas.

Também elogiou a tarifa especial para os transportadores semi-colectivos de passageiros e o facto de a portagem da ponte sobre o rio Limpopo ter sido deslocalizada para Chicumbane, o que flexibilizou o tráfego.



Fabião Chongo, responsável máximo da Associação de Transportadores de Gaza (ASTROGAZA)

Sete novas portagens iniciam cobrança de taxas

Entraram em funcionamento, a 1 de Junho, sete novas portagens instaladas nas estradas nacionais N1, N7 e N13, nas províncias de Gaza, Inhambane, Manica e Niassa, no âmbito da implementação do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME).

Trata-se das portagens de Chidenguele, em Gaza, Nhacundela, Malova e Mapinhane, em Inhambane. Estas quatro estão na N1, a considerada espinha dorsal da rede viária nacional. As outras são Camuazanchenga, na N7, em Manica, Congerenge e Utukulo, na N13, na província do Niassa.

As sete portagens vinham sendo construídas desde ano passado e a decisão do início do seu funcionamento saiu da 15ª sessão do Conselho de Ministros, realizada a 10 de Maio, na cidade de Maputo.

As taxas em vigor são 50, 200, 500 e 1000 Meticais para viaturas de classe 1, 2, 3 e 4, respectivamente. No entanto, as viaturas de classes 1 e 2 dos residentes de cada zona de influência da portagem, incluindo de transporte urbano e semi-colectivo de passageiros, podem pagar taxas mensais fixas de 300 e 500 Meticais como medida de mitigação de custos adoptada pelo Governo. Para o efeito, devem dirigir-se aos escritórios dos postos de portagem e/ou às respectivas Delegações Provinciais do Fundo de Estradas, FP, para formalização e cadastramento.



Portagem de Chidenguele



Automobilista pagando taxas de portagem

Mais três em Nampula



Obras de portagem de Nampula

Após o arranque da cobrança nestas sete portagens de Gaza, Inhambane, Manica e Niassa, o sector está, neste momento, a finalizar a construção de mais três postos na província de Nampula.

Destas, duas estão na N13, entre a cidade de Nampula e Malema, e a terceira na N104, que liga a capital provincial e a vila de Nametil, sede do distrito de Mogovolas.

A construção de portagem de Namina, no troço Nampula-Ribáuè, arrancou a 6 de Janeiro, enquanto a de Mathárya, na mesma N13, concretamente entre Ribáuè e Malema, e a de Nametil arrancaram a 22 de Novembro do ano passado.

Sector de Estradas chamado a mobilizar financiamentos



Vice ministra a discursar na abertura do PRISE

O sector de estradas é desafiado a continuar a mobilizar recursos para a construção, reabilitação e manutenção da rede viária nacional, à semelhança do Programa Auto-Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME), com vista a responder a crescente necessidade de transitabilidade em condições boas e razoáveis.

A recomendação foi avançada pela vice-ministra das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Cecília Chamutota, discursando, a 26 de Maio, na cidade de Maputo, na Reunião de Revisão Conjunta do Programa Integrado do Sector de Estradas (PRISE).

Na ocasião, a governante disse que o PROASME demonstrou, no seu primeiro ano de implementação, resultados promissores com a melhoria das condições de transitabilidade das estradas abrangidas.

Relativamente às realizações financeiras, a vice-ministra destacou a mobilização de 125 Milhões de dólares americanos para a melhoria da conectividade no corredor de Nacala, no âmbito do Projecto de Comércio e Conectividade na África Austral, cujo acordo de financiamento foi assinado em 2021.

O projecto prevê a reabilitação de estradas âncora, nomeadamente, Rapale-Mecuburi, Namiconha-Iapala, Namialo-Imala, Nampula-Corane, na província de Nampula e Cuamba-Metarica, Cuamba-Insaca, no Niassa, num total de 352 km.

Prevê-se, também, melhoramento da segurança rodoviária e a reabilitação e expansão de postos fronteiriços, como são os casos de Milange-Muloza, Calóumê-Dedza, Zóbuê-Muanza e Cassacatiza-Chanida.

No seu discurso, Cecília Chamutota apontou ainda que em 2021 foram igualmente mobilizados recursos financeiros no valor de 87 Milhões de dólares americanos para a reabilitação e expansão de 70 km da estrada Mueda-Nambungale, em Cabo Delgado, no âmbito do projecto de Mueda-Negomano, e 20 Milhões de euros para intervenções no troço Malema-Cuamba, nas províncias de Nampula e Niassa.

Disse ainda que Governo está ciente das condições menos boas da transitabilidade da N1, razão por que está neste momento a mobilizar, junto dos parceiros de desenvolvimento, financiamento para intervenções numa extensão de cerca de 1.000 km, no âmbito do projecto estradas seguras para integração socio económica do país". O referido projecto inclui apoio no desenvolvimento de microempresas para a reabilitação rodovias rurais que ligam a N1 e criação de emprego.

Sobre o assunto, o Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), Ângelo Macuácua, disse esperar que a primeira fase do financiamento, no valor de cerca de 400 milhões de dólares americanos, seja aprovada neste mês de Junho, viabilizando a intervenção num troço de 500 km da N1.

O PCA do FE, FP, realçou que o transporte rodoviário é o principal modo de deslocação de pessoas e carga no país, pelo que o investimento no desenvolvimento e manutenção da infraestrutura viária tem um efeito multiplicador na economia nacional.

Contudo, "a conjuntura económica internacional adversa, marcada pelo aumento dos preços de petróleo, coloca-nos grandes desafios na implementação dos programas de estradas, dado o impacto que aumento do preço do petróleo tem no aumento dos custos dos materiais e outros insumos usados nas obras, bem como na estabilidade das fontes de financiamento do sector de estradas", disse.

Por outro lado, disse que as mudanças climáticas tem trazido consequências devastadoras da nossa rede viária e desafiam-nos para o redesenho do sistema de financiamento para continuarmos a proporcionar os níveis de serviço e de transitabilidade consentâneos com as necessidades da sociedade e da economia nacional e regional.

Parceiros enaltecem diferenciação de fontes

Os parceiros de cooperação do sector de estradas encorajam a estratégia do país de adopção de diferentes janelas de financiamento no esforço de mobilização de recursos financeiros para a realização dos seus planos.

O enaltecimento foi feito pelo representante do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), falando na última reunião anual de revisão conjunta do Programa Integrado do Sector de Estradas (PRISE), realizada na cidade de Maputo a 26 de Maio.

João Mabombo afirmou que “temos acompanhado o esforço que o país realiza de mobilização de recursos financeiros para a realização dos seus planos”.

Referiu-se também aos desafios resultantes da destruição de infra-estruturas em razão de chuvas ciclónicas, para as quais não estavam dimensionadas, apontando que “nos remetem a uma reflexão profunda, sobre o futuro do dimensionamento de infra-estruturas”.

Relativamente a este aspecto, João Mabombo disse ainda ser evidente que as chuvas extraordinárias passaram a ser regulares e a exigirem um tratamento muito cuidado por parte do país e do sector de estradas, de for-



ma particular.

Falando em nome de todos os parceiros do sector de estradas, o responsável do BAD referiu-se também às estradas distritais, reconhecendo que necessitam duma intervenção de todos para permitir que o acesso aos serviços básicos seja efectivamente uma realidade, para a maioria da população que vive no campo.

Quanto a manutenção das estradas, o representante do BAD disse que tal cons-

titui uma preocupação não só do Governo mas também dos parceiros de cooperação, pelo que incentivam os diversos actores nesta área de actividade para continuarem os seus esforços no intuito de garantir um trabalho adequado e atempado de toda a rede rodoviária.

Sublinhou que como é sabido, a manutenção começa logo depois da reabilitação da estrada e dura todo o ciclo de vida da mesma.

Metas superadas em 2021



Cuamba-Mwita inauguração pelo PR

Para a implementação do PES/PRISE 2021, foi aprovado um orçamento inicial de 22.175 milhões de Meticais, compreendendo 9.096 milhões de Meticais (41%) de recursos internos e 13.079 milhões de Meticais (59%) de recursos externos. Entretanto, ao longo do ano houve uma actualização da dotação com a alocação de receitas fiscais e donativos para 25.345 milhões de Meticais programados, sendo que os recursos internos contribuíram com 54% e os recursos externos com 46%.

O desempenho acima referido foi alcançado com uma despesa de 17.872 milhões de Meticais correspondendo a uma realização de 71%, sendo de destacar as despesas com a manutenção de estradas e pontes (94,0%), reabilitação de estradas nacionais e preparação de projectos e supervisão que apresentam uma execução acima dos 100%.

Com os recursos financeiros disponibilizados, foi possível intervir em cerca de 17.596 km de estradas de diversas categorias durante o ano de 2021, superando os 17.576 km que haviam sido inicialmente programados.

Deste universo, 16.161 Km são de estradas classificadas e 1.435 km de estradas não classificadas. Fora as intervenções em estradas, as actividades desenvolvidas dentro do Plano Económico e Social e do PRISE 2021 incluíram a manutenção de 37 básculas (fixas e móveis) e de 14 pontes, aponta o documento.



Portagem de Chicumbane

TRANSFERÊNCIA DA PORTAGEM DA “PONTINHA” À CHICUMBANE

Uma mudança com ganhos múltiplos

A transferência do posto de portagem da ponte sobre o rio Limpopo, na entrada da cidade de Xai-Xai, para Chicumbane, cerca de 10 quilómetros a sul, trouxe ganhos múltiplos para a capital da província de Gaza, aos automobilistas que cruzam a zona e ao sector de estradas.

A mudança ocorreu a 17 de Dezembro de 2021, quando foi oficialmente inaugurada a Portagem de Chicumbane, num acto orientado pelo Secretário de Estado na província de Gaza, Amosse Macamo, na presença de representantes do Sector de Estradas.

Contrariamente ao que se verificava até 17 de Dezembro de 2021, em que enormes filas de carros se estendiam desde o centro da cidade capital de Gaza até a ponte, actualmente a fluidez do tráfego rodoviário é maior, não havendo mais embaraços para os cidadãos ou viajantes quem pretendam cruzar a urbe em direcção à Maputo e vice-versa.

A imobilização de viaturas sobre a ponte durante as filas que se registavam punha em risco a segurança e integridade da infra-estrutura, o que podia concorrer para a redução do seu tempo de vida útil.

Ilda Sumbana, Delegada do FE, FP, em Gaza, garante que com o posto de

portagem, que tem quatro pistas contra duas da antiga infra-estrutura, a fluidez do tráfego, de facto, aumentou significativamente e a capacidade de resposta foi testada e comprovada na última quadra festiva.

De facto, na actual portagem de Chicumbane a capacidade de resposta passou de oito viaturas por minuto em duas pistas para 16 por minuto em quatro pistas. Se a isto adicionar-se a reversibilidade das pistas, pode-se processar cerca de 20 viaturas por minuto em determinado sentido face à pressão do volume de tráfego que houver, de acordo com explicações

técnicas dadas ao “Conexão”

O sistema electrónico instalado, cujo tempo médio de processamento por pista é de quatro viaturas por minuto, permite atender cerca de 1.500 viaturas por hora em cada pista com recurso ao cartão pré-pago ou 240 viaturas por hora com recurso ao pagamento em dinheiro.

A Portagem de Chicumbane resultou de um investimento de cerca de 53 milhões de meticais e inclui edifícios para serviços administrativos e de segurança (Polícia), torre de água, casa de gerador, cabines de cobrança de taxas e respectiva cobertura.



Ponte sobre rio Limpopo

PCA exige soluções inovadoras para financiamento de estradas



Moamba-Bondoia, com aproximadamente 50 quilómetros de extensão. O FE, FP, entra com recursos financeiros para cobrir os custos operacionais dos equipamentos, nomeadamente a manutenção e os combustíveis, e a Administração Nacional de Estradas (ANE, IP) assegura a assessoria e supervisão técnica, bem como a planificação e fiscalização das actividades.

Relativamente ao Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME), o PCA do FE, FP, destacou que o número de portagens sob gestão da instituição já permitiu o aumento da arrecadação de receitas e chamou a atenção de todos para que se envolvam na monitoria das actividades de manutenção das estradas abrangidas por forma a prover aos utilizadores níveis de serviço que sejam satisfatórios.

A necessidade de revisão do Decreto sobre as taxas sobre combustíveis, numa altura em que se mostra pontual olhar-se o impacto da emergência de veículos movidos a gás natural e eléctricos ainda não inclusos é outro ponto referenciado na ocasião.

O Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Estradas (FE, FP), Ângelo Macuácuca, defende que a instituição deve encontrar soluções de financiamento internas e desenvolvidas localmente para responder aos desafios que se colocam ao sector.

Falando durante a reunião de Planificação e Gestão do FE, FP, Ângelo Macuácuca deixou claro que é fundamental que não se olhe apenas para os cofres do Estado ou parceiros de desenvolvimento como fontes de financiamento para investimentos em estradas.

“Devemos pensar em fontes alternativas de financiamento para responder aos desafios que se colocam”, recomenda.

O PCA ressaltou ainda o apoio financeiro de algumas instituições que deram o seu contributo para o sector, como foi o caso da petroquímica SA-

SOL no financiamento do troço da N1 entre Pambarra e Mangumete, na província de Inhambane, e a ponte sobre o rio Montepuez, em Cabo Delgado, que teve o suporte da multinacional TOTAL.

Falou também da Kuhanha e INSS, que apoiaram financeiramente os projectos complementares da Estrada Circular de Maputo, rodovia concessionada à Rede Viária de Moçambique (REVIMO).

Entre os exemplos de soluções inovadoras consta a parceria estabelecida em Abril de 2021 entre o sector e a Associação dos Utentes de Estradas da Moamba (AUEM).

As partes assinaram um contrato-programa que consiste em a AUEM participar com materiais, equipamentos e mão-de-obra para execução dos trabalhos de manutenção e garantia de transitabilidade na R811, troço



Ângelo Macuácuca, que exige inovação na busca de financiamentos

Sector de estradas opera sob regime de transparência

- garante o PCA do FE, apontando que a adesão à Iniciativa CoST visa fortalecer os mecanismos de gestão



Participantes da segunda reunião da Iniciativa CoST realizada em Maputo

O sector de estradas segue as boas práticas de transparência recomendadas internacionalmente, sendo a recente adesão do país à Iniciativa CoST uma oportunidade para o fortalecimento dos mecanismos de gestão.

A garantia é dada pelo Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Estradas, Ângelo Macuácuca, falando na segunda reunião do Grupo Multisectorial deste fórum global, que busca e incentiva transparência na área de infra-estruturas.

O responsável máximo do FE, FP, disse, só para citar alguns exemplos, que as contas consolidadas do sector de estradas são sujeitas a auditoria e os resultados tem sido tornados públicos; que nas reuniões anuais do Programa

Integrado do Sector de Estradas (PRISE) participam instituições publicas, privadas, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento.

“Divulgamos os relatórios anuais das nossas actividades e na implementação dos projectos constituímos comités directivos que têm uma composição multisectorial”, acrescentou o professor doutor Ângelo Macuácuca, reiterando que são estes os mecanismos que a Iniciativa de Transparência nas Infra-estruturas (CoST) vem reforçar-los, mas que já são prática no país.

Moçambique aderiu, através do FE, FP, à Iniciativa de Transparência nas Infra-estruturas (CoST) em finais de 2019.

CoST é uma iniciativa global com membros em quatro continentes e

promove a boa governação, transparência, responsabilização e prestação de contas dos investimentos em infra-estruturas públicas.

Para a implementação da Iniciativa, o Fundo identificou obras inseridas no Projecto Integrado de Desenvolvimento de Estradas Rurais (IFRDP), sob financiamento do Banco Mundial e elaborou um plano de implementação, que foi aprovado pelo Secretariado Internacional e Conselho de Administração da CoST, em finais de 2019.

O PCA do FE, FP, referiu ainda que a adesão a esta iniciativa poderá contribuir para o melhoramento da relação entre os sectores público, privado e sociedade civil, recomendando que seja encarada como uma oportunidade de fortalecimento dos mecanismos de transparência, através da incorporação dos princípios da CoST e do intercâmbio de experiência com outros membros do fórum.

É igualmente uma oportunidade de o país levar as suas boas práticas de transparência nos sectores de infra-estruturas ao mundo.



Sérgio Dário Fernandes
coordenador da Iniciativa

USAID financia reconstrução de pontes em Cabo Delgado



A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) vai financiar as obras de reconstrução das pontes e infra-estruturas de drenagem destruídas pelo ciclone Kenneth na Estrada Regional 698, que liga os distritos de Mueda e Montepuez, na província de Cabo Delgado.

Para o efeito, assinou-se, a 9 de Março, uma Carta de Implementação com vista a fornecer informações e procedimentos relativos à execução da actividade. Os documentos foram assinados em Maputo por Martin McLaughlin, Director-Adjunto da Missão da USAID no país, Ângelo Macuácuá, Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Estradas, FP (FE, FP) e Américo Dimande, então Director-Geral da Administração Nacional de Estradas, IP (ANE, IP).

O custo total estimado dos trabalhos é de 2.6 milhões de dólares americanos, sendo que a USAID vai desembolsar 2.3 milhões e o Sector deverá participar com os restantes 300 mil.

De acordo com dados constantes do concurso de empreitada lançado pela ANE, IP, as obras de três pontes vão durar cerca de um ano e serão

construídas nos troços Montepuez/Nairoto, Nairoto/Chapa e Chapa/Mueda.

Ao longo dos cerca de três anos de interrupção da Estrada Nacional 380

(N380) Sunate-Awasse, entre os distritos de Ancuabe e Mocimboa da Praia, a R698 é usada como alternativa para ligar o norte ao resto da província de Cabo Delgado.

Oito mil milhões para danos de cheias

O Sector de Estradas necessita de cerca de oito mil milhões de meticais para reparar os estragos da última época chuvosa, intensificada por depressões e ciclones tropicais nas províncias de Sofala, Zambézia, Tete, Niassa Nampula e Cabo Delgado.

Os fenómenos condicionaram a transitabilidade em cerca de 8.784 quilómetros de estrada, destruíram 23 pontes, 8 pontões, 3 drifts e 14 aquedutos, de acordo com o balanço do Sector.

Entre as ocorrências, destaque para os danos nas estradas Muepane-Metuge-Quissanga e Muxara-Mecufe, em Cabo Delgado; o desabamento da ponte sobre o Rio Luaze, na estrada Chiconono-Mavago e o arrastamento de manilhas que originou o corte da estrada Lichinga-Litunde, na província de Niassa; a erosão e corte nos acessos da ponte sobre o rio Ampuece, na estrada Nampula-Corrane, em Nampula; o corte da N1, no troço Nicoadala-Namacurra e dos acessos a ponte sobre o rio Licungo, na estrada Malei-Maganja da Costa, na província da Zambézia, bem como o desabamento da ponte sobre o Rio Revúbuê, no corredor Tete-Zóbuê, nas cercanias da cidade de Tete.



Dia da Função Pública carece de valorização

O Dia Internacional da Função Pública, que se assinala a cada 23 de Junho, é muito mais do que momento de entrega de certificados aos melhores funcionários e/ou de confraternizações, podendo ser aproveitado para exposição e/ou troca de experiências sobre prestação de serviços por cada entidade do Estado.

O desafio foi lançado na data por Daniel Clemente, especialista do Ministério da Administração Estatal e Função Pública, falando numa palestra aos funcionários da sede do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), por ocasião do 23 de Junho.

Falando concretamente do Fundo de Estradas, FP, o palestrante disse que a instituição tem uma série de

inovações que foi realizando ao longo dos anos e devia usar a data para expô-las e replica-las no seio dos funcionários e da sociedade.

Disse que contrariamente aos outros países do continente, que tiram uma semana para celebrar a Função Pública, Moçambique apenas pára no dia 23 de Junho, acrescentando que “pelo andar das coisas chegaremos ao ponto em que só assinalaremos a data, sem sequer com os festejos actuais”.

Entre outros desafios, Daniel Clemente, que já trabalhou no sector, convidou os funcionários do FE, FP, para reflectirem sobre como fazer para que os utentes reconheçam a importância dos serviços que lhes

prestam, dando como exemplo a melhoria da mobilidade em diversos pontos do país, com destaque para a região metropolitana de Maputo com a construção da Estrada Circular.

A palestra com o tema “A importância do dia 23 de Junho para o Funcionário e Agente do Estado e as Inovações do Novo EGFAE – Lei nº 4/2022, de 11 de Fevereiro” foi antecedida de entrega, pelos membros do Conselho de Administração, de diplomas a sete funcionários do FE, FP, em reconhecimento da sua entrega ao trabalho.

Trata-se de Rosália Macuácuá, Cesaltina Cambula, Farizana Assane, Salomão Dima, Julião Tique, Ilídio Macave e António Chitsotso.

CONTRA ABUSOS SEXUAIS DE EMPREITEIROS

Fundo de Estradas e Banco Mundial juntos na protecção das comunidades

O sector de Estradas e o Banco Mundial reafirmaram, a 7 de Março, em Maputo, o seu comprometimento em proteger as comunidades residentes dentro das áreas de obras de construção, reabilitação e/ou manutenção de rodovias de casos de abusos sexuais e/ou uniões prematuras perpetrados por alguns empreiteiros e seus colaboradores.

A intenção foi avançada durante um encontro mantido entre o Fundo de Estradas (FE, FP), Administração Nacional de Estradas (ANE, IP) e uma missão do Banco Mundial, chefiada pelo Sr. Peter Leonard - Assessor Regional de Salvaguardas Ambientais e Sociais, que pretendia essencialmente perceber do FE, FP e da ANE, IP o ponto de situação das acções de protecção das comunidades contra a Violência Baseada no Género/Assédio Sexual nas zonas sob influência do Projecto Integrado de Desenvolvimento de

Estradas Rurais (IFRDP).

A missão tinha também como objectivo a avaliação do grau de implementação do Plano de Acção elaborado para a protecção das comunidades, aferir os desafios existentes e o suporte que o país precisa desta instituição financeira global.

Falando na ocasião, Ângelo Macuácuá, Presidente do Conselho de Administração do FE, FP, disse que a violência baseada no género não é apenas preocupação do Banco Mundial, mas é também do país, no geral, e do sector de estradas, de forma particular.

Neste sentido, há todo um esforço em curso com vista a impedir que continuem a ocorrer casos que atentam contra a dignidade das comunidades com destaque para uniões prematuras de raparigas e trabalhadores das obras de

estradas, situações que culminam, entre outras situações, no nascimento de crianças filhas de pais incógnitas.

O PCA do FE, FP, garantiu que se está num bom caminho, mas reconheceu que o suporte técnico de uma instituição como o Banco Mundial é fundamental para o sucesso da luta em prol do bem-estar das comunidades residentes nas áreas onde decorrem projectos da área de estradas.

No geral, a missão do Banco Mundial apreciou positivamente os avanços que o sector de estradas está a dar e prometeu continuar a prestar assistência no que for necessário.

De salientar que o Banco Mundial financia, entre outros, o Projecto Integrado de Desenvolvimento de Estradas Rurais em implementação nas províncias de Zambézia e Nampula.



Sector de Estradas reunido com missão do Banco Mundial



Fundo de Estradas, FP, elege Comissão de Ética Pública

Os funcionários do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), elegeram, a 20 de Junho, os novos membros da Comissão de Ética Pública (CEP) da instituição, um processo que deverá completar-se dentro de dias com a indicação, pelo Conselho de Administração, do sexto constituinte.

Trata-se de Leonardo Nhanala e Inácio Tsope, que dada a posição conferida pelo número de votos ficam membros efectivos, e Euclides Cumbe, Epifânia Cartela e Linda Bungueia, eleitos suplentes. Dentro de dias, o Conselho de Administração vai indicar mais um membro da Comissão, que por regra deverá ser o respectivo presidente, tal como impõe o regulamento destes órgãos.

Os cinco membros saíram de um universo de sete concorrentes e foram eleitos por 53 votantes, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, Ângelo Macuácuca, e as ad-

ministradoras dos Pelouros Técnico e Financeiro, Irene Langa Simões e Cilésia Chipepo, respectivamente.

Alias, falando após a eleição, o Presidente do Conselho de Administração enalteceu o processo e a Comissão, explicando que vai garantir a materialização dos valores que o FE, FP, tem inscritas na sua estrutura de funcionamento, com destaque para transparência, imparcialidade, integridade e tolerância zero a corrupção.

Desejou sucessos e êxitos aos eleitos, garantindo que brevemente a Comissão estará completa e empossada.

Por sua vez, Joaquim Chirindza, presidente da Comissão de Ética Pública ao nível do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), lembrou que este órgão tem a “dura” missão de travar os conflitos de interesses e de garan-

tir a observância dos procedimentos em todos os actos do FE, FP.

Destacou que o FE, FP, é a primeira instituição do MOPHRH a eleger os membros da CEP.

A eleição desta segunda-feira ocorre no âmbito da Lei da Probidade Pública, que determina no seu artigo 51 a criação de Comissões de Ética Pública CEP's nos Órgãos Centrais do Estado e Instituições Subordinadas e Tuteladas.

Para concorrer, os funcionários deviam ser do quadro do pessoal da instituição há pelo menos 5 anos; ter sido destacado no serviço por mérito, sentido de responsabilidade, eficiência e bom trato nas relações humanas; não ter sofrido sanções disciplinares no último quinquénio; sem condenação judicial por crime culposos em violação dos deveres da função pública ou outro delito de carácter doloso e não ser alvo de procedimento disciplinar.

Perguntas frequentes sobre pagamento de portagens

1. De onde surgem estas portagens em operacionalização desde 2021?

Estas portagens estão inseridas no Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME), aprovado pelo Decreto nº.63/2020, de 11 de Dezembro, que visa assegurar a arrecadação de receitas para a manutenção de estradas abrangidas. O PROASME abrange cerca de 3.800 km de estradas revestidas de todo o país, com excepção de Maputo

2. Para quê pagar portagem?

Paga-se portagem para:

- ter estradas permanentemente melhoradas e mais seguras;
- garantir a sustentabilidade dos investimentos realizados através da conservação do activo rodoviário;
- reduzir o desgaste das viaturas ao circularem em estradas boas;
- reduzir o número de acidentes graças as boas condições da via e das viaturas que passam a ter menos desgaste;
- reduzir o tempo de viagem;
- assegurar maior conforto nas viagens e melhoramento dos serviços prestados aos utilizadores de estradas.

Saiba que:

O Fundo de Estradas, Fundo Público, é a entidade responsável pelo financiamento dos programas de estradas classificadas e não classificadas.

As suas fontes de receita são: as taxas sobre os combustíveis, taxas de rodoviárias (cobrada a viaturas estrangeiras) e taxas de portagem.

As taxas sobre os combustíveis são a principal fonte de financiamento para a manutenção de estradas com um peso de 80% em relação as outras fontes.

Para a reabilitação de estradas, o Fundo de Estradas, FP, conta com o financiamento dos recursos do tesouro e dos parceiros de desenvolvimento.

A rede de estradas classificadas em Moçambique



3. O que vai acontecer se não se cobrar taxas de portagem?

- não haverá dinheiro para manutenção das estradas, agravando o estado das estradas esburacadas;
- mesmo as estradas agora em boas condições vão se degradar;
- as condições de transitabilidade vão piorar ainda mais;
- o índice de avarias das viaturas será cada vez maior;
- aumento do número de acidentes por causa das más condições das estradas e de viaturas.

compreende cerca de 30 mil km, das quais cerca de 8 mil são estradas pavimentadas e 22 mil km são estradas não pavimentadas.

As estradas são classificadas nas seguintes categorias:

- Estradas primárias;
- Estradas Secundárias;
- Estradas terciárias;
- Estradas vicinais.

As estradas classificadas são geridas pela Administração Nacional de Estradas, Instituto Público, e as estradas não classificadas são geridas pelos Distritos e Municípios dentro das suas áreas de jurisdição.

Moçambique recomenda promoção de corredores rodoviários regionais



O Governo recomenda os Fundos de Estradas de África para apostarem em corredores rodoviários por serem projectos com o potencial de gerar o desenvolvimento socioeconómico dos países do continente e conferir uma integração regional e continental integral por terra.

A exortação foi feita a 13 de Setembro pelo Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, falando na cidade de Maputo na cerimónia de abertura da reunião do Comité Executivo da Associação dos Fundos de Manutenção de Estradas de África (ARMFA).

O país faz parte desta Associação através do Fundo de Estradas, Fundo Público (FE, FP), que actualmente preside o respectivo Grupo Focal da África Austral.

Carlos Mesquita garantiu que “o nosso Governo, à par de estradas rurais para dinamizar a agricultura e o comércio, tem estado a priorizar os principais corredores de desenvolvimento, por forma a que os países vizinhos possam ter acesso aos portos que Moçambique dispõe”.

Segundo o Ministro, é nesta senda, que depois que foi construída a Estrada Nacional número 4, ligando o país com a África do Sul, construiu-se e/ou reabi-

litou-se as estradas Maputo-Ponta do Ouro, incluindo a ponte Maputo-KaTembe, Caniçado-Mapai-Chicualacuala e Beira-Machipanda, ligando Moçambique e Zimbabwê; Mocuba-Milange e Cuamba-Mandimba-Lichinga, integrado no corredor de Nacala, conectando o país e Malawi.

Neste momento, está-se a finalizar as obras de construção da estrada Roma-Negomano, ligando Moçambique e Tanzânia, depois que construímos a ponte da Unidade sobre o Rio Rovuma.

“Sendo este tipo de projectos potenciais para promover o desenvolvimento socioeconómico dos nossos países, encorajamos aos Fundos de Estradas de África que consolidem iniciativas desta natureza, na busca conjunta de financiamento para o desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias”, recomendou.

Por outro, o Presidente do Conselho de Administração do FE, FP, Ângelo Macuáqua falando na mesma sessão de abertura, reconheceu que para a instituição e para o Grupo Focal da África Austral da ARMFA constitui uma honra organizar e acolher o evento desta magnitude, em que participam os líderes de instituições que mobilizam e gerem os

recursos financeiros destinados a construção e manutenção de estradas e pontes, infra-estruturas vitais na promoção do desenvolvimento económico e social do nosso continente.

“Esperamos que o ambiente acolhedor do nosso belo Moçambique inspire os membros do Comité Executivo da ARMFA na identificação dos melhores caminhos para implementar o novo plano estratégico da Associação; a implementar as deliberações da última Assembleia Geral, bem como a preparar condignamente a próxima Assembleia Geral da nossa Associação”, disse.

Na mesma ocasião, o Presidente da ARMFA, Ali Ipinge, chamou atenção aos Fundos de Manutenção de Estradas para que identifiquem outras fontes de receitas além das taxas sobre combustíveis face à emergência de carros eléctricos e de carros mais eficientes no uso de combustível.

Falou igualmente da necessidade de se garantir uma plena ligação rodoviária entre os vários pontos do continente africano como forma de promover o desenvolvimento socioeconómico.

No segundo dia dos trabalhos, que após a abertura em Maputo passaram para o Bilene, na província de Gaza, o Comité Executivo recebeu as boas-vindas do Presidente do Município local, Mufundise Nhamboze Chilengue, que convidou os participantes a deliciarem-se das maravilhas deste ponto turístico do país.

A ARMFA é um organismo continental apolítico e sem fins lucrativos que serve como uma plataforma e rede de partilha de experiências, conhecimentos e informações sobre as melhores práticas de financiamento da manutenção de estradas em África e promove, também, o fortalecimento de laços de cooperação entre os Fundos de Estradas de África, assim como assegura a sustentabilidade e advocacia junto dos governos, parceiros de desenvolvimento e instituições do sector de estradas para a necessidade de um financiamento adequado da manutenção de estradas.

Sector de Estradas na Facim 2022

O Fundo de Estradas, FP, e Administração Nacional de Estradas, IP, participaram na 57ª Edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM 2022), que decorreu, de 29 de Agosto à 04 de Setembro, em Ricatla, distrito de Marracuene, na província de Maputo.

Entre os projectos que o Sector de Estradas levou ao evento, o destaque foi para as obras de construção da ponte sobre o Rio Save, ligando Inhambane e Sofala, estrada Tica Buzi-Nova Sofala, na província de Sofala, bem como Roma-Negomano, em Cabo Delgado.

O Programa Auto-Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME) constituiu igualmente objecto de exposição por ser a principal iniciativa de mobilização de financiamento interno para o Sector, para intervenções na manutenção de estradas.

No stand do FE, FP, e da ANE, IP, instalado no Pavilhão Madjedje, os visitantes puderam igualmente visualizar alguns materiais que são usados na construção de estradas e pontes, bem como amostras de camadas constituintes de uma estrada.

No Pavilhão Madjedje, onde estavam

outras instituições subordinadas e tuteladas do Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos e concessionárias das diversas estradas, os visitantes tiveram ainda a oportunidade de tratar gratuitamente cartões de pagamento de portagens.

Centenas de cidadãos e personalidades passaram pelo stand do Sector de Estradas, com destaque para o Presidente da República, Filipe Nyusi, que se fazia acompanhar por Cecília Chamutota, Vice-Ministra das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, e outros governantes.





Fundo de Estradas solidariza-se com músico Isac Matusse

O Fundo de Estradas, FP, no âmbito da sua responsabilidade social, ofereceu, a 15 de Setembro, um valor monetário e uma guitarra nova ao músico Isac Matusse, sediado na cidade de Xai-Xai, na província de Gaza.

O valor e a guitarra, que vai substituir a actual já danificada, foram colectados durante um almoço, que contou com a presença do músico, realizado no âmbito da reunião do Comité Executivo da Associação dos Fundos de Manutenção de Estradas de África (ARMFA), que vinha decorrendo na praia do Bilene, distrito da Macia.

Isac Matusse é um deficiente visual desde os seus três meses de vida e que subsiste com base nas actuações ocasionais que realiza, tal como contou no evento.

O valor foi entregue na hora, mas a guitarra seguiu para a cidade de Xai-Xai dias depois.

Reagindo as ofertas, o músico agradeceu pelo suporte, apelando para que não terminem por aqui.

“Que não seja hoje apenas. Vivo assim mesmo desde a infância. Sou cego desde os meus três meses de vida. Mal sei como aprendi a tocar guitarra e a cantar, trabalho que me sustenta nesta vida”, disse.

Os trabalhos do Comité Executivo da ARMFA, que vi-

nam decorrendo desde dia 13, terminaram a 16 de Setembro, com visita às obras da reabilitação da estrada Macia-Chókwe, na província de Gaza.



MOBILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS

Ministro Mesquita visita FE e exige mais agressividade



O Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos visitou, a 18 de Novembro, o Fundo de Estradas, FE (FE, FP) - Sede, tendo recomendado maior proactividade, agressividade na mobilização de financiamentos, garantia de sustentabilidade dos projectos e intensificação de comunicação institucional.

Carlos Mesquita também exortou a instituição para que se reinvente no contexto das transformações globais, donde é subjacente a substituição de viaturas movidas a gasóleo e gasolina quando o FE, FP, tem como sua principal fonte de receita as taxas sobre combustíveis.

Elogiou o actual modelo dos projectos de reabilitação de estradas, em que o empreiteiro responsabiliza-se igualmente pela manutenção nos anos seguintes, mas chamou atenção no sentido de o Sector prestar maior atenção aos fiscais contratados no sentido de cumprirem com as suas missões nas empreitadas de obras públicas.

Reagindo a dívida de cerca de 8.8 mil milhões de meticais que o FE, FP tem, sobre os seus diversos provedores de serviços,

o Ministro defendeu a necessidade de promover um diálogo com os afectados, com destaque para empreiteiros e empresas de fiscalização, explicando os esforços em curso para a mobilização do dinheiro e os desafios decorrentes de falta de financiamentos dos projectos nos quais foram contratados.

Carlos Mesquita reconheceu o impacto das emergências que se registam no Sector de Estradas, com destaque para

a situação de calamidades naturais e do terrorismo em Cabo Delgado, que em algum momento levam ao desvio de aplicação de receitas colectadas no âmbito do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME), que deviam ser aplicadas nas estradas abrangidas pelas portagens. Neste sentido, disse haver necessidade de intensificação de conversações com os parceiros de desenvolvimento na tentativa de se garantir fundos de respostas à emergências.

Reconheceu o nível de resposta que o Sector de Estradas tem estado a dar aos projectos financiados pelo Banco Mundial, a pro-actividade e empenho, o que tem resultado em satisfação das lideranças deste organismo de financiamento internacional, daí a apetência em incrementar, cada vez mais, a carteira de financiamento ao Sector. Orientou que esta experiência seja replicada em outros projectos.

O Ministro chegou ao FE, FP, cerca das 11 horas, onde foi recebido pelo Presidente do Conselho de Administração, Ângelo Macuácuca, e pelas Administradoras Executivas, Irene Langa Simões e Cilésia Chipépo.

Visitou todas as instalações e interagiu com os funcionários antes acompanhar a apresentação institucional sobre o dia a dia do FE, FP, e as dinâmicas para o financiamento do sector de estradas.



PCA do FE recomenda legalidade nas Aquisições



O Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), defende que todos os processos de aquisição de bens e serviços na instituição devem estar visados e anotados pelo Tribunal Administrativo (TA), tal como recomendam as normas em vigor no Aparelho do Estado. Ângelo Macuácuca falava a 14 de Julho durante a cerimónia em que empossou Sara Imaculada Cachomba Lapucheque, como Chefe de Repartição Central Autónoma de

Aquisições do FE, FP, em substituição de António Victor Aracua Pondo, que vinha exercendo as funções desde 2017.

O PCA reconheceu que a área de Aquisições é muito sensível, pelo que recomendou a nova responsável, nomeada a 13 de Julho, para que tenha sempre em mente os valores como responsabilidade, integridade e objectividade, alertando que poderão surgir vozes a propor que ela privilegie este ou aquele provedor de bens e serviços sob

alegação de ter ligação com alguém influente dentro e/ou fora do FE, FP.

Chamou ainda atenção para que Sara Lapucheque, que respondia pelos Recursos Humanos na Delegação Provincial de Maputo, busque sempre eficácia e eficiência nos processos, garantindo que as aquisições sejam feitas na hora certa e dentro da normalidade, para o pleno funcionamento do Fundo de Estradas, FP.

Disse esperar que a similaridade de múltiplos procedimentos que caracteriza a gestão de Recursos Humanos e as Aquisições contribua para o sucesso da nova Chefe de Repartição.

Elogiou e agradeceu ao Chefe cessante da Repartição pelo contributo dado à instituição desde o momento em que deixou a área de Gestão Financeira e abraçou a de Aquisições, reconhecendo que teve um aprendizado rápido, o mesmo que se espera da nova responsável, que vem dos Recursos Humanos.

Disse, por exemplo, que foi durante o exercício de António Pondo que várias despesas administrativas da instituição passaram a ter um Plano Anual de Aquisições à luz do qual foram sendo asseguradas, sendo isto um dos legados que ele deixa na Repartição.

PCA defende revitalização de monitoria e avaliação

O Fundo de Estradas, FP (FE, FP), precisa de revitalizar a área de Monitoria e Avaliação de actividades para estar a altura de detectar as anomalias nos projectos finan-



ciados pela instituição e recomendar correcções de forma atempada.

A necessidade foi apontada pelo Presidente do Conselho de Administração do FE, FP, falando a 7 de Outubro na cerimónia em que conferiu posse ao engenheiro Carlos Fortes no cargo de Chefe de Departamento de Monitoria e Avaliação desta instituição pública.

Ângelo Macuácuca chamou atenção para que se aprimore a monitoria e avaliação de actividades e projectos, lembrando que há desafios imediatos em alusão aos programas do sector de estradas com financiamentos externo.

Por exemplo, actualmente, decorre o Projecto Integrado de Desenvolvimento de Estradas Rurais (IFRDP, na sigla inglesa), nas províncias de Nampula e Zambézia com financiamento do Banco Mundial, mesma instituição que em Agosto último aprovou um pacote de 400 milhões de dólares para os troços mais críticos da NI, havendo já a previsão das obras arrancarem no próximo

ano.

De acordo com o PCA do FE, FP, os projectos financiados pelo Banco Mundial já vinham com critérios tradicionais nos aspectos de engenharia e outros, mas de há algum tempo a esta parte nota-se também a prominência de questões de salvaguardas ambientais e sociais, o que impõe mais exigências ao sector.

Neste sentido, o presidente Macuácuca recomendou para que o sector rapidamente aprimore-se de modo a que possa responder as questões de salvaguardas ambientais e sociais visto que tendem a ganhar relevância ao ponto de poder ditar a suspensão do financiamento do projecto.

Desta forma, disse ser fundamental garantir-se a capacitação dos técnicos que lidam com as acções de monitoria e avaliação.

Carlos Fortes é quadro do sector de estradas de larga experiência, tendo já ocupado cargos de chefia. Assume as novas funções em substituição do também engenheiro civil Rodrigues Banze.



Cerca de 775 milhões de MT investidos em 2992 km de estradas

Perto de 775 milhões de Meticais estão a ser investidos pelo Fundo de Estradas, FP (FE, FP) em obras de manutenção de 15 troços de estradas nacionais, totalizando 2992 quilómetros de extensão.

Destes troços, oito são da Estrada Nacional número um (N1), a espinha dorsal do país, sendo que o somatório das áreas alvo de manutenção de rotina e periódica neste corredor é de 1690 quilómetros e o investimento situa-se na ordem de 580 milhões de Meticais.

As restantes obras são das estradas N220 (Guijá/Chibuto), N260 (Chimoio/Espungabera), N7 (Vanduzi/Changara), N301 (Matambo/Songo), N13 (Nampula/Lichinga), N11/N321 (Mocuba/Milange) e N104 (Nampula/Angoche).

Do montante global dos contratos, cerca de 261 milhões foram executados durante o primeiro semestre do presente ano, esperando-se que o valor remanescente seja progressivamente desembolsado até ao término das obras.

Estas obras decorrem no âmbito do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME) e

abrangem zonas de influência das portagens que vêm sendo operacionalizadas no quadro desta iniciativa, em curso desde Janeiro do ano passado.

O PROASME é implementado pelo Fundo de Estradas, FP e Administração Nacional de Estradas, IP (ANE, IP), visando, essencialmente, melhorar a qualidade da transitabilidade rodoviária através de obras contínuas de manutenção pagas com base nos fundos arrecadados nas portagens.

De referir que entre Janeiro e Agosto de 2022, as portagens do PROASME arrecadaram uma receita de 563 milhões de meticais, sendo a de Chicumbane, na N1 em Gaza, a que mais contribuiu, seguida de Púngue Sul, na N7 em Manica.

No global, as portagens sob gestão directa do Fundo de Estradas, FP, incluindo as que não fazem parte do PROASME tais como as das pontes da Moamba, em Maputo, Armando Emílio Guebuza, em Caia, na província de Sofala, Lugela, na Zambézia, e Ilha de Moçambique, em Nampula, colectaram cerca de 604 milhões de Meticais até mês de Agosto.

Portagens ao serviço das comunidades vizinhas

As praças de portagem que vêm sendo operacionalizadas em diversos pontos do país são também uma fonte de benefícios para as comunidades circundantes e não somente simples infra-estruturas de cobrança de taxas pelo uso de estradas.

Só para citar exemplos mais recentes, nas sete portagens que entraram em funcionamento a 1 de Junho do corrente ano, há já projectos de canalizações de água e/ou de energia eléctrica para as famílias e/ou empreendimentos vizinhos.

Em alguns pontos, o processo está bem avançado, prevendo-se que a provisão arranque em breve e outros ainda decorrem acertos para o efeito, de acordo com dados colectados junto das Delegações do Fundo de Estradas, FP (FE, FP) em Gaza, Inhambane, Manica e Niassa, onde foram operacionalizadas as novas

portagens.

De realçar que estas portagens estão inseridas no Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME), em vigor desde Janeiro de 2021.

Em Chidenguele, província de Gaza, há uma interacção entre o FE, FP, e a comunidade no sentido de se disponibilizar água da portagem para algumas famílias vulneráveis e ainda sem ligações ao operador privado local. Neste momento está-se ainda a equacionar como o processo vai ser.

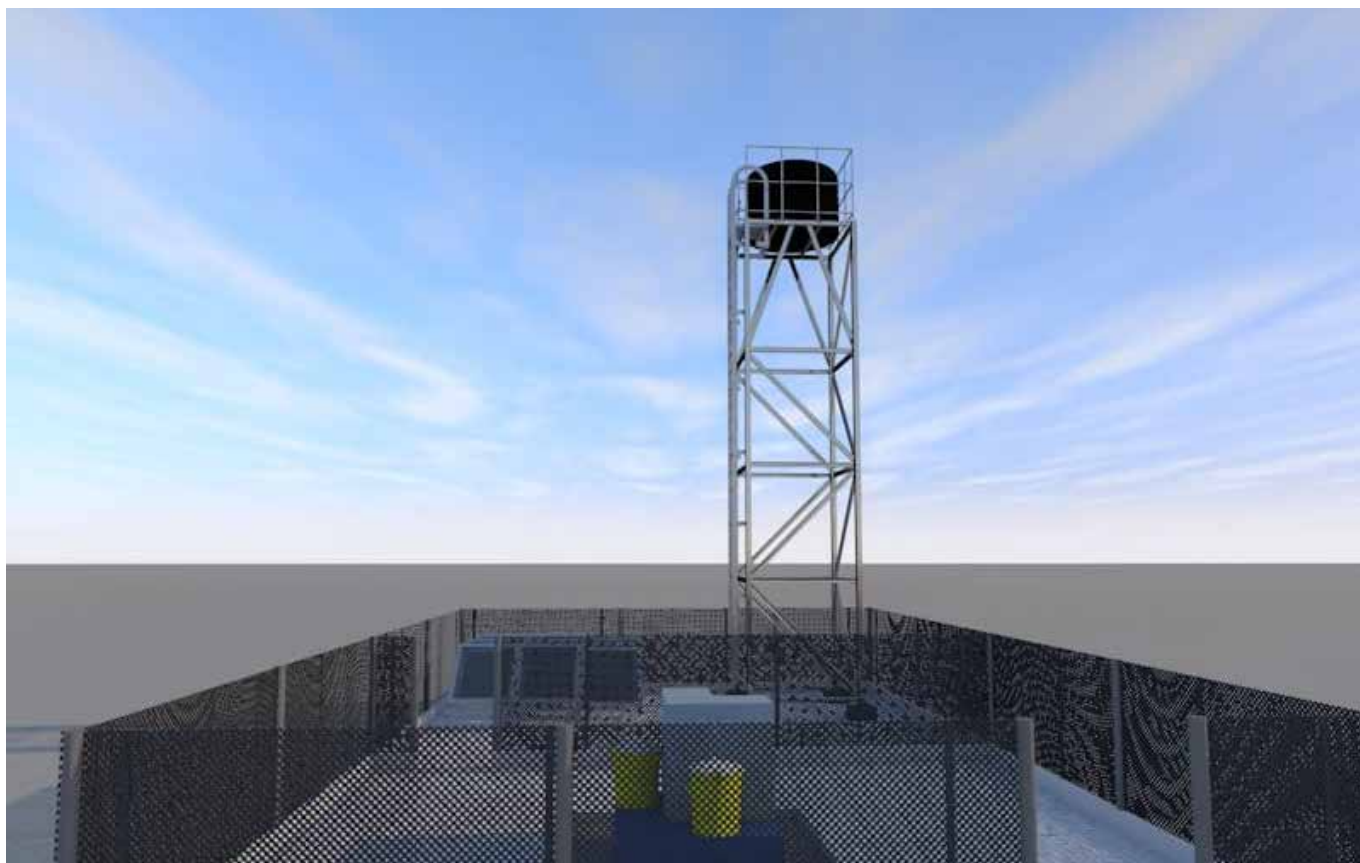
Na Portagem de Mapinhane, distrito de Vilankulo, na província de Inhambane, o Posto de Transformação de energia instalado no empreendimento vai lançar electricidade ao mercado local. Está-se também em vias de equipar o furo de água do mesmo empreendimento com uma electrobomba. A

ligação de energia e a montagem da bomba de água aguardam apenas pela decisão das autoridades locais.

Os sistemas de abastecimento de água das portagens de Camuazanchenga, no distrito de Bárue, em Manica, e o de Congerenge, no Niassa, estão também concebidos para prover água à algumas famílias próximas.

Na portagem de Utukulo, a segunda no Niassa, ainda não há nenhuma partilha simplesmente por falta de comunidades nas imediações.

Estes serviços representam um investimento do FE, FP, para o bem-estar das comunidades circundantes dos postos de portagens. O sistema de Camuazanchenga, por exemplo, está orçado em cerca de três milhões de meticais e incluiu a montagem de painéis solares para geração de energia eléctrica necessária para o seu funcionamento.



Ministro Mesquita exige qualidade nos materiais

O Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Mesquita, desafia os intervenientes na construção de infra-estruturas, incluindo estradas e pontes, a encontrarem soluções para a melhoria da qualidade dos materiais que vêm sendo usados no país. O repto foi lançado, a 15 de Junho,

durante uma reflexão sobre a matéria, realizada na cidade de Maputo, juntando diversas entidades com interesses na área, desde quadros do Ministério, de outras entidades do Governo, da Academia, bem como membros da Ordem dos Engenheiros de Moçambique.

FE exalta papel da mulher



A Administração do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), enaltece o contributo que a mulher moçambicana, no geral, e as funcionárias da instituição, de forma particular, têm dado para o desenvolvimento do país.

O reconhecimento foi reiterado

a 6 de Abril, por Reginaldo Siteo, director dos Serviços Centrais de Administração e Recursos Humanos, falando em nome do PCA, Ângelo Macuácuca, durante o brinde com as funcionárias por ocasião do Dia da Mulher Moçambicana.

Nova delegada para Niassa



Iva Florência Langa é, oficialmente, desde este 21 de Junho, Delegada Provincial do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), no Niassa, em substituição de Sheila Marisa Arlindo Mavie, que desempenhou as funções entre Agosto de 2020 até a presente semana.

Engenheira civil de formação, a nova representante do FE, FP, na província do Niassa é quadro da Administração Nacional de Estradas, IP (ANE, IP), e estava à data da sua nomeação afecta ao Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclones Idai e Kenneth (CREPOC).

A nomeação foi feita pelo Pre-

sidente do Conselho de Administração do FE, FP, Ângelo Macuácuca, usando das competências que lhe são conferidas pelo Estatuto Orgânico da instituição, aprovado pelo Decreto nº 15/2019, de 18 de Outubro.

A nova delegada foi já recebida pela Governadora do Niassa, Elina Judite Massengele, numa audiência em que se fez acompanhar por Cilésia Chipepo, Administradora do Pelouro Financeiro no FE, FP, João Ricotso, Director Provincial das Obras Públicas, e Belinha João, Contabilista Principal da Delegação da instituição.